

Trabalho associado e mudança social:

Uma leitura a partir das experiências do MST.

Pedro Ivan Christoffoli

Como citar: CHISTOFFOLI, Pedro Ivan. Trabalho associado e mudança social: Uma leitura a partir das experiências do MST. *In:* DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.23-42. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-063-1.p23-42>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST

Pedro Ivan CHRISTOFFOLI¹

Introdução

O presente texto foi elaborado com vistas a refletir acerca das possibilidades de constituição e desenvolvimento de iniciativas de trabalho associado, como parte do movimento da luta pelas mudanças sociais mais amplas na sociedade. Para tanto, buscamos elementos teóricos sobre o papel da cooperação na superação do modo capitalista de produção, com base nas reflexões desenvolvidas por Marx, e utilizamos elementos de análise elaborados por autores como Germer (2006). Ainda, referenciamos-nos nas experiências de cooperação desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Procuramos estabelecer como base desta reflexão as contradições que surgem no processo mesmo de constituição de experiências associativas nos assentamentos de reforma agrária influenciados pelo MST.

Neste texto procuramos responder em que medida as experiências de cooperação podem contribuir com o processo de transformação social. Para responder a isso, é necessário discutir de que mudança social, em que horizonte de tempo, e a que esfera de organização da vida produtiva e social estamos nos referimos. Portanto, trata-se de uma reflexão que assume

¹ Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasil.

que o estágio atual de desenvolvimento da sociedade, das forças produtivas e das suas relações sociais não está dado e passará por mudanças estruturais, mais cedo ou mais tarde.

Portanto, referenciamo-nos na busca de mudanças sociais estruturais, que permitam construir a possibilidade de sociedades organizadas em bases humanistas e socialistas, com outro caráter e outra forma de organização social e produtiva. É nesse contexto que discutimos o papel do desenvolvimento de experiências associativas avançadas.

Cooperativismo e Mudança Social

As cooperativas como forma organizativa específica, surgem num determinado momento histórico, como elemento particular da resistência dos trabalhadores, nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra que foi o *locus* onde esse modo de produção inicialmente se desenvolveu de forma avassaladora. As formas de resistência dos trabalhadores ao avanço do capital foram de diversos tipos e, mesmo nisso, a organização de cooperativas foi marginal, não tendo sido o centro da luta de classes. As formas principais de organização foram os sindicatos operários e os partidos políticos.

No campo especificamente cooperativista, essa resistência foi feita por duas grandes linhas de organização, o que representou desde o início do movimento cooperativista um divisor de correntes políticas em seu interior. De um lado, pelas cooperativas de consumo, que aglutinavam os trabalhadores em vista de aquisição conjunta de produtos de consumo e, mais tarde, de insumos produtivos, no caso das cooperativas agrícolas. De outro lado, pelas cooperativas de produção ou fábricas cooperativas, que representaram a tentativa dos trabalhadores em assumir o controle de todo o processo de trabalho e da produção de mercadorias. Para Marx que foi contemporâneo a esse momento histórico, apenas as fábricas-cooperativas conseguiam enfrentar as contradições centrais existentes no processo capitalista, uma vez que demonstravam na prática, entre outros aspectos, que era possível prescindir dos capitalistas para poder organizar o processo produtivo e, portanto, o conjunto das relações sociais numa dada sociedade.

[...] fábricas-cooperativas [...] demonstraram que a *produção em grande escala e em consonância com o avanço da ciência moderna* pode ser realizada sem a existência de uma classe de *patrões* (masters) que utiliza o trabalho de uma classe de *'mãos'* (hands) [mãos, operários – NT]; que, para produzir frutos, os meios do trabalho não precisam ser monopolizados como meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que [...] o trabalho assalariado é apenas uma forma social transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado² (MARX apud GERMER, 2006, p. 6).

Nas fábricas-cooperativas, e também nas sociedades capitalistas por ações, a *gestão da produção separa-se da propriedade privada dos meios de produção*: as fábricas-cooperativas são administradas por gerentes indicados por proprietários coletivos e não individuais, mas ambas permanecem prisioneiras da lógica do capital, como capitalistas coletivos que são (GERMER, 2006).

O conceito de *capitalista coletivo* é central para esta discussão, visto que, do ponto de vista teórico, a constituição de cooperativas coletivas de produção, ao eliminar o capitalista individual e, eventualmente, o trabalho assalariado (todos os trabalhadores sendo sócios da cooperativa) não elimina a contradição central existente em nível de sociedade: a propriedade segue sendo privada, ainda que sob controle de um conjunto de indivíduos. Ou seja, a propriedade não é social em seu sentido amplo, de pertencer ao conjunto da classe trabalhadora, mas sim pertence a um pequeno coletivo, em contraposição a uma ampla maioria de trabalhadores despossuídos de qualquer propriedade sobre os meios de produção, o proletariado. O capitalista não é mais apenas individual, e sim há uma apropriação coletiva do controle sobre a propriedade dos meios de produção.

E aqui pouca diferença faz o fato de serem esses proprietários eles mesmos trabalhadores, já que as contradições empurram para uma possível contratação de trabalho assalariado como forma de compensar as flutuações

² Marx escreveu esse texto em 1864. Em escrito posterior (1866), Marx pronunciou-se de modo idêntico. “Reconhecemos o movimento cooperativista como uma das forças motrizes para a transformação da presente sociedade, que repousa sobre contradições de classe. O seu grande mérito reside em mostrar, na prática, que o sistema vigente de *subjugação do trabalho* ao capital, despótico e causador de miséria, pode ser substituído pelo sistema republicano e enriquecedor da *associação de produtores livres e iguais*” (MARX, 1991, grifos do autor). Deve-se notar que por movimento cooperativista, Marx entende o movimento das fábricas-cooperativas (GERMER, 2006).

na exigência de força de trabalho, ocasionado pelas variações de demanda de mercado. Essa contradição ressurgue em momentos de expansão das cooperativas nos quais se torna necessário o aumento do número de trabalhadores, quando a cooperativa se vê obrigada a contratar trabalhadores assalariados, inicialmente em caráter temporário, que se converte gradualmente em permanente e, portanto, já assumindo característica de elemento necessário, imprescindível à reprodução da unidade produtiva cooperativa.

Essa situação reforça a dinâmica capitalista, ainda que não de forma absoluta.

Na medida que a forma jurídica capitalista da propriedade subordina de modo determinante todas as formas divergentes dela, as formas coletivas só podem desenvolver as suas potencialidades depois que a forma privada individual tenha sido abolida, o que só pode ocorrer, no entanto, no contexto de uma mudança social global do modo de produção. O cerne do modo de produção reside no caráter de classe do poder de Estado, cujo componente essencial é a forma jurídica da propriedade. A defesa e garantia desta é a função central do Estado nas sociedades divididas em classes. (GERMER, 2006, p. 8, grifo do autor)

Consequentemente, para que estas mudanças se materializem é necessário que a forma jurídica vigente da propriedade privada seja abolida. No entanto, ela é assegurada pelos instrumentos de força sociais, ideológicos e militares concentrados no Estado, ou seja, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e que necessita ser alterado como pré-condição da instituição do novo modo de produção (GERMER, 2006). Esse é um argumento central para demonstrar o equívoco teórico e prático em se pautar as transformações sociais a partir do foco central na organização de experiências no campo econômico e social como o são as cooperativas.

[...] o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zwerghafter*: nanicas] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores (MARX apud GERMER, 2006, p. 9).

Portanto, ao se ter o socialismo como objetivo e horizonte estratégicos, impõem-se como medida central a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade coletiva como condições, o que pressuporia a necessidade da conquista do poder de Estado como pré-condição essencial para o desenvolvimento pleno dessas novas relações sociais.

No entanto, e aí está outro nível de desafio, ao qual se dedica o presente texto, diz respeito ao possível papel das experiências de trabalho associado nos processos de transformação social.

O associativismo nos assentamentos de reforma agrária

O processo de trabalho nos assentamentos de reforma agrária se dá basicamente através da forma histórica de *produção simples de mercadorias*, ou seja, são trabalhadores rurais que produzem prioritariamente para consumo da unidade familiar e que usualmente vendem o excedente produzido³.

Em geral, trata-se de unidades produtivas que não conseguem gerar excedente em escala apreciável, que não conseguem apropriar-se da renda da terra, perdida para o capitalismo comercial, especialmente para atravessadores, ou para o sistema financeiro (financiamentos bancários), que obtém baixa produtividade do trabalho, e que têm sérias dificuldades em se manter, sem ter de recorrer a rendas externas, sejam elas oriundas do Estado, seja do assalariamento temporário ou permanente⁴ de um ou vários membros do grupo familiar.

³ Seja porque de fato houve produção excedente em relação ao consumo, ou seja, através de subconsumo forçado, em vista do enfrentamento do empobrecimento e a perda da viabilidade da unidade produtiva frente ao capitalismo. Nesse caso, o agricultor se vê face à necessidade de restringir o consumo, em vista de assegurar a reprodução familiar por outros meios, dentre os quais o assalariamento temporário.

⁴A renda oriunda fora do estabelecimento produtivo desse segmento de trabalhadores rurais assentados é estimada, em diversos estudos, em 1/3 da renda total obtida pelos mesmos. Diversos autores enxergam nesse processo um conjunto de estratégias autônomas adotadas pelos produtores. No entanto, há vários indicadores demonstrando a insuficiência da renda obtida com o trabalho agrícola dentro da unidade familiar, como uma condição presente nessas supostas *estratégias*. Preferimos adotar a tese de que o campesinato, frente ao avanço das condições capitalistas de produção e de sua progressiva inviabilização como produtor autônomo, ao se perceber em processo de proletarização, se obriga a vender sua força de trabalho no mercado rural ou urbano, ou no mercado de trabalho unificado, como é o caso dos bóias-frias, e da migração atual dos assentados maranhenses para o corte da cana no centro-sul do Brasil.

Frente a isso, os trabalhadores rurais assentados buscam se organizar em uma diversidade de formas associativas, dentre as quais se destacam as cooperativas e as associações. Além destas, tem-se uma importante diversidade de formas: núcleos de base de famílias; grupos informais de cooperação; associações; condomínios de produção e/ou serviços (suínos, máquinas, armazenagem, leite); grupos coletivos; cooperativas de comercialização; cooperativas de produção coletiva (CPAs); cooperativas de trabalho; cooperativas de crédito.

As associações são geralmente organizações que visam à representação política e, no máximo, à aquisição ou venda de produtos em comum, pois há restrições legais à operação de atividades econômicas através das associações, ou seja, inserem-se na mesma corrente do cooperativismo de consumo.

Os grupos coletivos e as CPAs são formas associativas que buscam organizar a produção de forma coletiva, reestruturando os lotes individuais de modo a que a produção seja organizada, decidida e realizada coletivamente, como se fosse uma empresa única.

Entretanto, esse tipo de organização mal alcança 5% do total de famílias assentadas, mostrando que, ainda que o processo de reforma agrária objetivamente provoque reestruturação fundiária, não consegue atuar massivamente ao nível da consciência organizativa das famílias. As famílias buscam reproduzir nas áreas de assentamento a mesma estrutura produtiva dominante, baseada na pequena unidade de produção familiar, que está claramente fragilizada frente à concorrência com as grandes unidades produtivas empresariais (MORAIS, 1986).

Essas diversas formas de cooperação se reúnem em nível dos estados, numa organização coletiva de direção, na forma de cooperativas Centrais Estaduais de Reforma Agrária (CCAs) e em nível nacional na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). No MST as áreas de assentamento e suas organizações são agrupadas pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.

Princípios da cooperação no MST

No decorrer da história da construção do MST, houve em vários momentos a busca de estabelecimento de um conjunto de orientações e princípios organizadores das experiências de cooperação. Elencamos a seguir alguns deles.

- A cooperação é vista como um elemento a mais na luta para transformação da realidade social, da existência social das pessoas, portanto, não vista como iniciativa puramente econômica. Tampouco é vista como elemento central no processo de transformação, ou seja, como elemento central para uma transição pacífica entre os modos de produção capitalista e socialista. A cooperação é empregada como elemento auxiliar, como apoiador do processo de organização social e política de classe. Como elemento que pode e deve apoiar a dinamização da luta de classes no interior da sociedade capitalista.
- A cooperação, portanto, não pode somente visar o econômico, deve levar em conta aspectos sociais e políticos. Na dimensão política representa a demonstração material para a classe trabalhadora de que é possível organizar mesmo processos complexos de produção e do funcionamento da sociedade sem que sejam necessários os capitalistas e seus instrumentos de opressão.
- Respeito à voluntariedade combinado com a indução ativa a processos de cooperação. A participação nas atividades de cooperação deve ser voluntária. Ninguém deve ser forçado a entrar ou permanecer na cooperação. No entanto isso não significa que se adote postura passiva. Adota-se o critério de que a necessidade comanda a vontade. Ou seja, mais do que a vontade de cooperar, deve-se buscar aspectos objetivos que configurem necessidades sentidas pelas famílias. Ao identificar e iniciar a organização dos trabalhadores a partir de suas necessidades concretas, as chances dessa organização avançar são muito maiores, pois respondem a anseios e a problemas reais. Também se busca realizar um convencimento teórico e prático sobre as vantagens do trabalho cooperativado, através de ações de formação, intercâmbios, visitas técnicas, etc.

- A cooperação, para o MST, deve ser desenvolvida sob as mais diversas formas, sem priorizar necessariamente a forma cooperativa. O importante é cooperar e não a forma como essa cooperação vai se dar. Mas, deve-se ter clara a necessidade de se ir avançando das formas mais simples para formas mais complexas de cooperação. Nesse ponto também é importante conciliar a proposta organizativa com os níveis de consciência organizativa do grupo social envolvido (MORAIS, 1986);
- Indução e democracia. Há alguns limites para as experiências. Até que ponto é possível forçar a indução à cooperação, na medida em que isso resulta em perda na qualidade de participação dos associados, de restrição real da democracia interna.

A cooperação nos assentamentos deve observar ainda três grupos de objetivos:

Objetivos Políticos - Manter os trabalhadores organizados, liberar quadros para a organização e para a luta em geral, ser um ensaio real e pedagógico para as massas de como pode se organizar uma sociedade mais solidária e sem patrões e, por último, ser uma demonstração prática de que os trabalhadores têm capacidade de construir essa nova sociedade.

Objetivos Sociais - Trazer melhorias imediatas e concretas para a massa assentada nas áreas de educação, saúde, moradia, alimentação, cultura e lazer.

Objetivos Econômicos: Conquistar avanços sociais e econômicos através da produção organizada. Melhorar a capacidade de resistência e de enfrentamento econômico das unidades produtivas cooperadas.

O MST/SCA tem assumido a hipótese de que uma produção organizada e planejada, com especialização e divisão técnica do trabalho, incorporação de tecnologias de maior produtividade e que respeite o meio ambiente pode trazer de fato melhorias significativas ou ao menos evitar a destruição das unidades produtivas associadas dos agricultores assentados. Mas que, em essência, deve existir uma combinação dinâmica entre organização econômica e luta política de classes.

Relação entre as iniciativas de cooperação e a organização política do movimento social

Em relação aos limites e possibilidades da economia solidária e do cooperativismo no processo de transformação social, temos que tomar em conta os seguintes elementos (CHRISTOFFOLI, 2006).

1. As iniciativas de economia popular e solidária não se constituem num fim em si mesmo. São alternativas populares ao desemprego e à exclusão social, mas não se esgotam nesse papel econômico.
2. Em geral, elas são originadas em períodos de crise nas sociedades capitalistas periféricas e da piora das condições de vida da classe trabalhadora. Mas, também, podem estar sendo gestadas a partir de uma crise de projeto político da esquerda tradicional e popular, o que seria um equívoco histórico.
3. Isso implica num risco. Historicamente nos períodos de crise social há ascensão de experiências da economia social, popular ou agora solidária. O primeiro momento da ascensão do capitalismo resultou no surgimento das experiências cooperativistas, que até hoje se constituem em importante ferramenta de organização e luta dos trabalhadores. Contudo, nos períodos de ascensão econômica da economia capitalista há um evidente refluxo nas experiências alternativas ao sistema, seja pela sua inviabilização econômica, seja ao contrário, pelo seu sucesso, isto é, empresas sociais bem sucedidas que ao se expandirem se convertem em capitalistas coletivos.
4. Portanto, essas experiências surgem nos momentos de debilidade do capitalismo, como fruto de sua crise, e deveriam ter clareza de seu papel para contribuir na superação desse modo de produção. No entanto, ou elas naufragam nas vagas da competição mercantil capitalista, ou nas vagas ideológicas que fervilham de contradições o interior do corpo de associados, difundindo a ideologia capitalista como forma hegemônica de pensamento e organização social.
5. As cooperativas ou empresas da economia popular e solidária não conseguiram derrotar o capitalismo desde dentro, desde uma perspectiva de criar uma economia alternativa, como era a idéia dos socialistas utópicos. Essa é uma lição que a história nos traz e que devemos ter em mente quando atuamos na economia popular e solidária.

6. As iniciativas de economia solidária devem ser ferramentas de organização e luta dos trabalhadores e não devem voltar-se apenas para a economia. Esse seria seu maior equívoco e é o ideal para o sistema, que cria as crises e joga os custos para os trabalhadores pagarem.
7. A economia solidária deve, portanto e necessariamente, se vincular ao movimento de trabalhadores mais amplo, sindicatos, movimentos, partidos de classe, etc. Não pode se isolar como iniciativa apenas de cooperação econômica.
8. Isso implica também que parte dos resultados econômicos da cooperação deveria ser direcionados: a) para apoiar a luta dos trabalhadores; b) para trazer melhorias ao entorno social da experiência; c) para fomentar a luta ideológica no conjunto da sociedade.

Na compreensão do MST, a organização econômica **deve estar ligada aos objetivos estratégicos do movimento social**. Não caberia nessa ótica, uma experiência de iniciativa puramente econômica, descolada dos objetivos sociais e políticos. Isso porque se analisa que a sociedade em que vivemos, a sociedade capitalista, é intrinsecamente injusta, exploradora e opressora das classes subalternas, em especial no mundo do trabalho, com proletários do campo e cidade, camponeses, etc., mas não só nele, pois há opressões de gênero, raça, etnias, etc. Essa sociedade apresenta contradições insolúveis em si mesma, contradições que se movem a partir das disputas e lutas de interesse entre as diferentes classes sociais.

Portanto, iniciativas que não se articulem com projetos estratégicos de luta de classes, de disputas de hegemonia na sociedade, tendem a se inserir subordinadamente no projeto das classes dominantes, uma vez que não enfrentam as contradições centrais⁵ da esfera capitalista da sociedade.

Mas, essa opção classista das organizações econômicas que servem aos interesses dos trabalhadores não é tão fácil ou simples de ser exercida na vida real, no dia a dia das relações econômicas de sobrevivência das empresas sociais, submetidas como são à dinâmica concorrencial, na maioria das vezes em condições desvantajosas perante as firmas capitalistas.

⁵ As contradições centrais se localizam na esfera da luta capital-trabalho. As disputas que ocorrem no campo econômico entre as empresas sociais (cooperativas, etc.) e as empresas capitalistas, mais bem se inserem em disputas relativas a mercados, custos, produtividade do trabalho, enfim, se referem às disputas intercapitalistas.

O desafio de organizar cooperativas coletivas nos assentamentos de reforma agrária

Uma questão central para a economia cooperativista ou solidária, numa perspectiva de enfrentamento da exploração de classes, reside em como combinar ações massivas (lutas sociais) e ações econômicas (não apenas de grupos, e sim também massivas,) sob pena de criarmos *ilhas de prosperidade* em meio ao mar de pobreza e degradação.

A organização de cooperativas coletivas seria uma forma necessária de enfrentamento com o capital, sendo, no entanto, limitada em seus efeitos sobre o conjunto das famílias assentadas e mais ainda ao conjunto da classe trabalhadora. No entanto, são justamente essas experiências que possibilitam tornar aparente a contradição central contida nas formas capitalistas de produção, onde o trabalho é social, mas a apropriação dos resultados é realizada de forma privada pelos capitalistas.

Contudo, as experiências de cooperação coletiva, similares às fábricas cooperativas citadas por Marx (1991), desenvolvidas pelo MST carregam em si, como não poderia deixar de acontecer, contradições inerentes à sua inserção, enquanto unidade produtiva coletiva, no mercado capitalista. Para entender algumas dessas contradições é necessário, primeiro, situar a questão da competição capitalista e as empresas sociais coletivas.

Numa economia capitalista de plena liberdade para as forças do mercado, vige nas relações de troca de mercadorias a Lei do Valor. Essa lei, de acordo com Marx (1991), terá vigor permanente enquanto durar o capitalismo⁶, ou ao menos enquanto o desenvolvimento das sociedades humanas não conseguir prescindir do trabalho vivo para a produção de mercadorias. Em tese, no comunismo, em vista do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, a necessidade do trabalho humano se reduziria enormemente e deixaria de se constituir numa

⁶ Nesse ponto reside uma polêmica. Há correntes que entendem que com a implantação do socialismo revoga-se imediatamente a lei do valor, porque se elimina a exploração do homem sobre o homem. Outra posição entende que a lei do valor é inerente à economia mercantil, e que, portanto, numa economia socialista, que continuaria sendo economia mercantil, a lei do valor persistirá em vigência. É uma lei econômica que persistirá enquanto o trabalho humano vivo for empregado na produção de mercadorias. O efeito prático dessa discussão está no espaço que cabe ao mercado dentro de uma economia socialista.

obrigatoriedade a fim de assegurar a sobrevivência biológica. Converter-se-ia, então, em uma necessidade de desenvolvimento individual e cultural, tendo em vista que a simples sobrevivência já estaria assegurada. Nesse momento estaria revogada a lei do valor, ou seja, haveria máquinas que produziram o básico, sem a necessidade de intervenção (com uma intervenção residual) do trabalho humano.

O valor de troca de uma determinada mercadoria reflete o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção num determinado momento histórico, ou seja, o tempo médio ponderado gasto por todos os produtores daquela determinada mercadoria que têm acesso ao mercado num momento histórico determinado. Por isso, o valor de troca das mercadorias muda constantemente ao longo do tempo e tende normalmente a diminuir em função de constantes evoluções tecnológicas, de processo, isto é, pelo aumento continuado da produtividade do trabalho, através de sua reorganização e especialização.

De acordo com Marx (1991), o preço das mercadorias gira em torno do seu valor. Com isso há uma competição intercapitalista a respeito do custo de produção praticado num dado momento, ou seja, acerca do tempo necessário para produzir as mercadorias nas condições históricas dadas daquela sociedade.

O grupo de produtores que tem seus custos abaixo do preço médio de mercado consegue lucrar e acumular capital em função de sua maior eficiência. E esse capital é reinvestido na produção, na aquisição de novas máquinas mais modernas e eficientes e na construção de novas fábricas ou aquisição/desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e mais produtivas que as anteriormente utilizadas.

Já o grupo de produtores que tem seus custos acima do preço médio de mercado, se não conseguir aumentar rapidamente sua produtividade e eficiência, tende a ser deslocado do mercado devido à inviabilidade de custos.

Se um produtor (capitalista ou não), ficar para trás, se não conseguir aumentar a produtividade de seu trabalho ao mesmo ritmo que os demais, seus custos de produção serão mais elevados, ganhará menos, porque só pode vender ao preço que gira em torno ao valor de troca; até que chegue o dia em que não ganhará nada, vendo-se obrigado a fechar seu negócio

(seja ele um boteco ou uma fábrica).⁷

O produtor que tiver uma produção ineficiente, com custos acima do socialmente estabelecido, tende a desaparecer do mercado. A concorrência intercapitalista gera, portanto, uma corrida permanente pela evolução tecnológica e pela busca de eficiência que aumenta a produtividade do trabalho, do que resulta na constante redução no volume de trabalho vivo⁸ necessário para produzir uma unidade de mercadoria.

As empresas associativas totalmente coletivas, nos moldes desenvolvidos nos assentamentos, usualmente são constituídas pelo agrupamento de várias famílias convencidas e induzidas ao trabalho associado. Não são empresas constituídas com base em critérios capitalistas de lucro e eficiência produtiva. Além disso, devido à dinâmica em que se dá o processo de constituição dos assentamentos e as formas de motivação que o MST tem historicamente utilizado para estimular a cooperação agrícola, é dada maior relevância ao processo organizativo em si do que à possível viabilidade econômica da empresa social em si. Para que essa segunda vertente se consolidasse, seria necessário estabelecer primeiro uma análise de viabilidade do negócio, o que indicaria um tamanho ótimo de empresa, face às determinantes da concorrência mercantil.

Dessa forma, o processo consiste dos seguintes passos. Primeiro, busca-se convencer o maior número possível de pessoas (famílias) a ingressarem no coletivo, utilizando-se muitas vezes de argumentos contraditórios em relação, por exemplo, à necessidade objetiva de elevação constante da produtividade do trabalho. Após o coletivo iniciar seu funcionamento é que se consolidam as discussões a respeito de normas de trabalho, planejamento econômico, regimento interno, etc., o que pode conduzir a algumas defecções iniciais no grupo.

Após certo tempo de início do coletivo, eventualmente alguns anos

⁷Adaptado de Marta Harnecker em *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, 1973.

⁸Trabalho vivo corresponde ao tempo de trabalho humano diretamente empregado em determinado processo produtivo para produção de uma mercadoria. Diferencia-se do trabalho morto, que é aquele trabalho humano que já foi incorporado quando da produção das matérias primas, máquinas e equipamentos utilizados durante o processo de produção da referida mercadoria. O trabalho vivo é consumido por ocasião em que é utilizado e incorpora-se como trabalho morto nessa nova mercadoria produzida.

para alguns dos grupos, se percebe que muitas dessas organizações não têm viabilidade pela forma como estão estruturadas, seja pelas debilidades estruturais do grupo ou do ramo de atividade econômica escolhido. Contudo, nesse ponto, tentar fazer mudanças profundas no tom e no estilo do coletivo costuma ser muito difícil e, em grande parte das vezes, se constitui num processo doloroso que conduz a novas defecções de associados.

Um problema comumente identificado reside em que grande parcela dos associados não tem trabalho produtivo real, ou seja, não existem postos de trabalho em quantidade suficiente no coletivo, para absorver a *população economicamente ativa* do grupo. Com isso, a produtividade geral do trabalho coletivo nesse estágio é baixíssima e os custos de produção e, especialmente, de manutenção dos sócios⁹, muito elevados, compromete a viabilização econômica da empresa. Sem resultados econômicos positivos há um desestímulo dos sócios em relação ao coletivo, o que pode baixar ainda mais o empenho no trabalho. E, como as famílias precisam se manter, o pouco de sobras que forem obtidas tem de ser dividido, restando pouco para reinvestir na produção, gerando assim um círculo vicioso.

Essa situação tende a durar por algum período, até que o coletivo se dê conta do problema e consiga implementar linhas de produção que absorvam parte ou a totalidade da mão de obra ociosa.

Numa análise econômica profunda, seria necessária uma reestruturação que resultaria em flexibilização das formas de funcionamento do coletivo em direção a formas semi-coletivas¹⁰, e à redução do quadro de associados vinculados diretamente à produção coletiva, desde o momento

⁹ Os primeiros coletivos criados nos assentamentos buscaram criar condições dignas de vida para as famílias associadas logo nos primeiros momentos do coletivo sem, no entanto, terem criado as condições objetivas para isso. Em muitos casos, criaram-se refeitórios coletivos para melhorar o padrão da alimentação e liberar força de trabalho. Em outros casos, o coletivo era instado a suprir deficiências do Estado através do fornecimento de medicamentos e auxílio social. Aos poucos foi se percebendo a inviabilidade deste *Mini-Estado de bem estar social* e se regrediu a formas mais duras e reais de condução dos apoios sociais dos coletivos às famílias associadas.

¹⁰ As formas semi-coletivas, ainda que instáveis – com base na experiência histórica do MST – poderiam contemplar dois elementos de interesse nesse caso. De um lado, a cooperativa coletiva absorveria apenas e tão somente a força de trabalho necessária com base em critérios de economicidade, evitando assim sua inviabilização ou o retardamento de seu desenvolvimento devido aos custos de manutenção da força de trabalho ociosa. De outro, seria aproveitada a capacidade de iniciativa presente nos grupos sociais camponeses para absorver de forma privada (familiar) a força de trabalho excedente, desonerando o coletivo dos custos de manutenção de

inicial dos coletivos, devido a que a grande maioria dos sócios não tem trabalho coletivo estruturado suficiente para absorvê-los.

Por outro lado, esse *excesso* de força de trabalho vai criando um tom negativo no coletivo, um estilo de indolência, morosidade e baixíssima produtividade frente ao ritmo e intensidade do trabalho. Não há uma exigência objetiva para apertar o ritmo do trabalho, devido ao fato de que não há linhas de produção que absorvam a força de trabalho. A pressão objetiva dos critérios de produtividade vigente no mercado se reflete de forma marginal na maioria dos casos. Disso deriva a subutilização da força de trabalho que acaba reforçando comportamentos ideológicos próximos do lumpesinato, no sentido empregado por Moraes (1986). Nesses casos costumam surgir problemas pontuais como pessoas acumularem horas de trabalho sem que resulte em maior produção¹¹ ou em melhorias concretas do nível de vida das pessoas do coletivo.

Outro aspecto importante, no que toca à alavancagem do desenvolvimento econômico das cooperativas coletivas, está no processo de definição da distribuição das sobras do final do exercício. Devido aos níveis de pobreza e extrema necessidade por que passam as famílias, além de terem que dividir a produção com um número elevado de pessoas, do ponto de vista econômico, ao terem que optar entre o acúmulo de capital ou de consumo das famílias, a tendência óbvia e quase que obrigatória é a opção pela segunda.

Já a empresa capitalista tende a se preocupar apenas marginalmente com a situação social dos trabalhadores, uma vez que assegura um mínimo necessário para não ocasionar revolta social, greves ou descontentamento que possam ocasionar perda de produtividade e redução na apropriação da

parte dos membros dos grupos familiares ligados à cooperativa coletiva. Obviamente esse formato deveria ser transitório, na medida em que a expansão dos postos de trabalho coletivos absorveria gradualmente essa força de trabalho excedente e sub-remunerada nas unidades produtivas familiares.

¹¹ Em geral os coletivos utilizam critérios de distribuição dos excedentes ou do retorno monetário aos associados com base no número de horas trabalhadas individualmente. Ora, isso permite que haja um descasamento entre a necessidade real (ou a produtividade real do trabalho) e o número de horas acumuladas, registradas pelos trabalhadores. Ou seja, um número maior de horas pode ter sido acumulado sem que isso resulte em aumento da riqueza real do grupo social.

mais-valia. A mais-valia acumulada pelo capitalista é em parte reinvestida na produção, ampliando a capacidade produtiva. Quanto ao número de empregados, ele se molda de acordo com os níveis de demanda do mercado. Se há expansão, contrata mais trabalhadores, se há recessão ou queda de vendas, demite trabalhadores e enxuga a empresa.

Outra contradição diz respeito à expectativa de que os grupos sociais envolvidos em processos coletivos de produção consigam evoluir mais rapidamente em direção à formação de consciência crítica, no sentido empregado por Paulo Freire (1980), ou organizativa (MORAIS, 1986). A conformação de novas relações sociais de fato se dá nesses grupos ainda que, em si ou por si só, são insuficientes para gerar novos patamares de construção do que seriam alternativas solidárias.

Como a evolução tende a se dar com base nas contradições que surgem do próprio processo, os coletivos e dentro deles os indivíduos se obrigam a evoluir quando são colocados *frente ao espelho*. Esse espelho pode ser a crítica e a autocrítica dos companheiros de caminhada, ou dos aliados externos ao grupo, ou mesmo partir dos conflitos que emergem dos processos internos de decisão, de trabalho, dos efeitos da competição econômica, etc. Muitos desses processos se dão de forma enviesada e não estão sendo percebidos.

Por outro lado, a co-existência entre princípios mais bem próximos do socialismo no âmbito interno das organizações, mais presente nos períodos iniciais, e o enfrentamento das pressões concorrenciais de caráter intercapitalista no mercado, conduzem a um recolhimento, a um *internismo* dos membros em vista da sobrevivência econômica da experiência sócio-econômica do coletivo. Essa tendência se manifesta mais fortemente nos períodos de crise econômica ou política, pois em vários desses grupos foi determinado em assembleias internas que membros liberados para trabalho voluntário junto a movimentos sociais retornassem ao coletivo, sendo muitas vezes vistos como *salvadores da pátria*. O MST enfrenta essas questões com formação e discussões acerca da relevância política do trabalho desempenhado por estes militantes e pela necessária contribuição que as cooperativas coletivas devem dar à reforma agrária.

No entanto, apesar do longo tempo de existência das experiências

coletivas mais antigas, falta uma análise mais aprofundada que identifique a evolução das estruturas ideológicas do grupo social, o que aponta para interessantes questões de pesquisa na área da psicologia social.

Por último, temos a questão da repressão estatal às experiências de cooperação alternativa que buscam apoiar transformações sociais. Nos últimos anos, organizações associativas ligadas aos agricultores assentados sofreram diversas perseguições que vão desde exigências descabidas e ideológicas quanto à forma de organização dos assentamentos (se coletivo ou individual), passando por restrições ilegais ao registro de cooperativas da reforma agrária, até a perseguição policial militar e institucional, como foi o caso da CPMI da Terra, em 2006, e a perseguição às cooperativas no período do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A formação político-ideológica articulada com a capacitação técnica e de gestão

Os diversos elementos anteriormente discutidos remetem para uma questão crucial na sobrevivência de experiências associativas de tipo socialista, ou que apontem em sua dinâmica interna apoio à luta para a superação do modo capitalista de produção: a necessidade de formação político-ideológica dos associados.

Por outro lado, as exigências do processo de competição intercapitalista no mercado também levam a que essa formação tenha componentes integrados de preparação técnica, de modo a que as organizações cooperadas de trabalhadores possam fazer frente às exigências de mercado, ao passo que lutam pela sua superação. Nesse necessariamente duplo sentido da formação dos trabalhadores da economia cooperada, elencamos alguns pontos básicos, mesmo sem ter condições de, nos limites deste artigo, buscar aprofundar a discussão.

- Necessidade de formação técnica. O papel da escolarização e da capacitação técnica na construção de novos sujeitos sociais. Formação como dimensão integral do ser humano
- Formação em gestão. Desafio de se apropriar coletivamente de ferramentas que contribuam fundamentalmente para a sobrevivência das experiências sociais alternativas, com geração de excedentes

econômicos.

- Contradição entre desenvolvimento econômico, assunção gradual da ideologia capitalista, e os objetivos socialistas iniciais. Ou, um desvio esquerdista? Destruir a experiência econômica em vista de construir um mini-Estado ou certo purismo da experiência? Como balizar isso? A formação deve discutir essa questão e preparar os militantes para identificar os equívocos e desvios de rota.
- Unidade e Disciplina, vigilância, crítica e reunião, formação ideológica e mecanismos *empresariais*, uso de métodos de capacitação massiva na organização de empresas sociais (MORAIS, 1986).
- Resgate do planejamento e de princípios socialistas de distribuição dos resultados como ferramentas básicas de gestão.

Conclusão

A experiência histórica da América Latina mostra os limites das iniciativas puramente econômicas. Não temos conseguido avançar nas experiências reais além de um limite consentido pelas elites e pelas classes dominantes. E, enfrentamos momentos de repressão, de descaracterização (traição, cooptação) ou de destruição econômica pura e simplesmente. Isso nos obriga a repensar a relação Estado – partidos – experiências da economia popular e solidária.

Os Estados latino-americanos sempre jogaram um forte papel para promover um tipo de capitalismo rentista, dependente e subalterno ao capital internacional colonial, imperial ou das potências hegemônicas atuais.

Agora é o momento de discutirmos a construção de políticas públicas alternativas para o setor social e cooperativo, numa disputa de espaços que se por si só não assegura a sobrevivência e ampliação dos espaços vitais da economia solidária, ao menos confere peso na disputa ideológica com os segmentos capitalistas dominantes.

Por outro lado, o Estado sempre procura cooptar, dirigir e dismantelar as organizações dos trabalhadores; procura negar sua autonomia, procura ditar ritmos e direção. Como enfrentar isso? Apostando forte na autonomia dos movimentos sociais e seus braços econômicos em

relação a estados ou partidos, mas não significando isso um afrouxamento estratégico. A referência socialista deve continuar sendo uma bandeira fundamental para o movimento da economia solidária.

Referências

CHRISTOFFOLI, P. I. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. 2000. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. *A formação política na economia solidária*. Curitiba, 2006. (digitalizado)

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (O Mundo de Hoje, 21).

GERMER, C. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, n. 14, p 193-214, out. 2006.

HARNECKER, M. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. [S. L.: s.e.], 1973.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MORAIS, C. S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: MST, 1986.

SOBRADO, M. *Apogeu e decadência dos artesãos*. Porto Velho: Edufro, 2002.